



ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Tarcísio Augusto Alves da Silva

Professor Associado I, Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: deescada@yahoo.com.br

Gilberto Romeiro de Souza Júnior

Cientista Social, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
na Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: gilbertorsjr@gmail.com

RESUMO

O principal objetivo do texto é analisar as condições de precarização e intensificação do trabalho docente no Instituto Federal de Pernambuco. Foram utilizadas como metodologias o levantamento bibliográfico e a análise de dados primários a partir de questionários respondidos eletronicamente pelos docentes. A reestruturação da Rede Federal de Educação e a criação dos novos regimentos legais e normativos impactaram o exercício docente, estabelecendo uma nova cultura institucional nos Institutos Federais.

Palavras-Chave: Intensificação; Precarização; Trabalho Docente; Instituto Federal.

ANALYSIS OF THE PRECARIOUSNESS AND INTENSIFICATION OF TEACHING WORK AT THE FEDERAL INSTITUTE OF PERNAMBUCO

ABSTRACT

The main objective of the research was to analyze the conditions of precariousness and intensification of teaching work in the Federal Institute of Pernambuco. The methodology used was the bibliographic survey and the analysis of primary data from the questionnaires answered electronically by the professors. The restructuring of the Federal Education Network and the creation of new legal and normative regulations impacted the teaching practice, and with this, establishing a new institutional culture.

Keywords: Intensification, Precarization, Teaching Work, Federal Institute.



Introdução

Diante das mudanças ocorridas nas últimas duas décadas nas instituições federais de ensino superior no Brasil, destacamos os impactos naquelas que formam a rede de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, dentre as quais estão os Institutos Federais - IFs. A presença desses Institutos em todo o território nacional é um importante instrumento da Rede Federal de EPT, seja pela ampla estrutura dos *campi* dedicados a formação profissional com impactos no desenvolvimento local, como também pela diversidade de cursos ofertados.

Assim, “é por meio da atuação cotidiana desses profissionais [docentes] que os institutos poderão, afinal, se constituírem como um centro inovador articulado com as economias e culturas regionais” (GOMES, 2016, p. 5).

Entretanto, entre as mudanças estruturais que afetam a Rede, destacam-se as transformações significativas no trabalho dos docentes, as quais permearam aspectos ligados, sobretudo, às relações e condições de trabalho. Nesse contexto, o presente texto se propôs a analisar alguns aspectos das condições de trabalho no Instituto Federal de Educação de Pernambuco - IFPE.

Na nova dimensão estrutural da Rede Federal, os docentes dos IFs adquirem um papel fundamental, mediante as diferentes formas nas quais seu trabalho é desenvolvido, respondendo às diferentes exigências impostas pelos regimes legais e normativos. Com isso, as demandas de trabalho se tornam mais intensas, a partir das imersões em atividades de “ensino, pesquisa, extensão e gestão”.

Com relação aos IFs, são válidas as contribuições de Menezes (2015) a partir das entrevistas realizadas com docentes, nas quais levanta temas importantes relacionados com as práticas cotidianas desses profissionais, bem como seus limites e tensões. Dentre os principais aspectos levantados aparece o



relato da “sobrecarga de trabalho”. Como ainda são relativamente poucas as pesquisas existentes sobre o trabalho docente especificamente nessas instituições, pretendemos, com esse texto, contribuir com o debate a partir da análise de dados primários que foram coletados no âmbito da pesquisa: “A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil político-ideológico e condições de trabalho dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica”. A relevância da presente pesquisa está na identificação dos diferentes elementos que caracterizam a intensificação e a precarização no trabalho dos docentes do IFPE.

Os dados foram coletados mediante questionários respondidos eletronicamente pelos docentes dos *campi* do IFPE. O envio foi realizado através de e-mail e ocorreu entre os meses de Outubro e Dezembro de 2017 e o prazo para recebimento das respostas finalizou em janeiro de 2018. Para análise e sistematização dos dados foram utilizadas duas ferramentas: SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e Microsoft Excel.

2. Fragmentos da Educação Profissional e Tecnológica no governo Lula

Os marcos históricos da Educação Profissional no governo Lula (2003-2011) permitem uma compreensão dos avanços e recuos das políticas educacionais em relação aos governos anteriores, sobretudo, no de Fernando Henrique Cardoso – FHC. Na discussão sobre a reforma da Educação Profissional e Tecnológica é preciso destacar que a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), concretizou um conjunto de ações e medidas com vistas ao cumprimento dos princípios que constavam no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE do governo Lula que integrava o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC (OTRANTO, 2011).



A fim de avançar em algumas medidas implementadas por Lula em relação à Educação Profissional é necessário destacar, antes, em linhas gerais, que o governo FHC tinha como uma de suas propostas a redução dos gastos públicos, com o afastamento do Estado nos investimentos com a educação pública e, notadamente, a técnico-profissional. Assim, a Portaria MEC n.º 646/97 possibilitou, aos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, a expansão da matrícula no ensino profissional, o que, por outro lado, provocou uma redução nos números de matrículas no ensino técnico¹. Outra medida que contribuiu para reforma da Educação Profissional nesse período foi o Decreto n.º 2.208/97 que separou o ensino médio do ensino profissional. Diante desse cenário, o ensino profissional brasileiro tornou-se alvo de discussões e críticas por parte de diferentes segmentos e entidades de educação em meados dos anos 1990 (PADOIN; AMORIM, 2016).

Um novo cenário para a Educação Profissional no Brasil começa a surgir quando Lula assume a presidência em 2003. Algumas medidas foram implementadas e marcaram parte da história da educação, além de estarem presentes no PDE com o objetivo de aumentar a oferta gratuita de cursos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, como: o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado e o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil).

Com a promulgação da Lei n.º 11.195/2005, houve uma retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, dando maior

¹ Os cursos na modalidade “profissionalizante” geralmente possuem uma duração de no máximo seis meses, não tendo, na maioria dos casos, nenhum pré-requisito para cursá-los, sendo possível que o aluno após a conclusão receba apenas o certificado de conclusão. Já o curso técnico leva um tempo maior para ser concluído (geralmente dois anos). É preciso que o aluno esteja cursando o Ensino Médio ou já ter concluído. Para adquirir o diploma é necessário a entrega de um trabalho de conclusão e concluir uma carga horária mínima de estágio.



oportunidade para o debate em torno do tema quando Fernando Haddad assume o Ministério da Educação². O objetivo era expandir o número de unidades que ofereciam a modalidade de Educação Profissional, criando novas Escolas Federais nos Estados, em áreas periféricas dos centros urbanos e do interior, além de atender a perspectiva de Educação Integral proposta no Decreto n.º 5.154/2004.

Ao longo de todo percurso histórico das políticas de Educação Profissional no Brasil, os IFs constituem a síntese de uma das conquistas mais inovadoras da Rede Federal. Com uma proposta pedagógica que agrega desde a educação básica até a superior, essas instituições compartilham de diferentes modalidades de ensino e aprendizagem desde o curso técnico integrado até a pós-graduação com atividades de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. Assim, tais instituições constituem espaços que contribuem para o desenvolvimento local e regional e que avançam na compreensão de educação profissional e tecnológica como mero instrumento para o ingresso ao mercado de trabalho” (PACHECO, 2011).

3. Elementos para uma análise do trabalho docente no Instituto Federal de Pernambuco

O trabalho docente, enquanto categoria de análise pode ser compreendido a partir das representações e situações de trabalho vividas e compartilhadas pelos

² Os diferentes projetos e programas da educação receberam a atenção por parte do governo federal como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A máxima que orientou as ações implementadas quando Fernando Haddad assumiu o Ministério da Educação (2005-2012) é de que “sem educação não haverá desenvolvimento ou crescimento no país”, período que coincide com os governos Lula e Dilma. Diante disso, os IFs tem desempenhado um importante papel como instrumento de crescimento e desenvolvimento do país, além da expansão das universidades públicas e dos programas educacionais.



próprios sujeitos e segundo as condições, os recursos e as situações reais de suas atividades cotidianas (TARDIF; LESSARD, 2005), os quais podem ser parcialmente avaliados a partir das regras e regulamentos existentes nas distintas carreiras docentes.

Os docentes dos IFs estão enquadrados na atual carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico– EBTT, criada a partir da Lei n.º 12.772/2012, que define aspectos como os regimes de trabalho, progressões funcionais, avaliações de desempenho e as exigências para o Reconhecimento de Saberes e Competências, aspectos esses que estruturam a nova carreira docente EBTT.

No caso do IFPE, seu Conselho Superior aprovou em 2015 a Resolução nº 20 que normatiza o trabalho docente. Nesse instrumento está elencada, além do agrupamento de docentes por categoria, a especificação de todas as atividades por eles desenvolvidas relativas ao ensino, pesquisa/inação, extensão, estudo/planejamento/avaliação e administrativo-pedagógica. As novas demandas administrativas e o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional, oriundas das transformações ocorridas na Educação Profissional e Tecnológica, têm interferido no corpo docente com implicações diretas no seu exercício profissional. Fica claro que diante das novas exigências, o trabalho docente tem se complexificado, no qual, conforme apontam Baccin e Shiroma (2016) cada vez mais tem se criado formas de regular e controlar esse trabalho, pouco ou nada se importando com a saúde física ou psicológica de seus profissionais.

Segundo Menezes (2015) o trabalho docente está submetido a um processo constante de produção de novos equipamentos e tecnologias, sendo atravessado pelo “paradigma tecnocientífico”, o que provoca novas formas de organização, de ritmos e de sentidos para a ação docente. Esse aspecto é verificado na dinâmica



dos IFs que continuamente tem feito com que os professores se envolvam num conjunto diverso de atividades como exigência da profissão, mas que, por outro lado, todo esse processo tem gerado riscos contínuos para a profissionalização docente. Suas atividades requerem um tempo que muitas vezes vai além daquele estabelecido no contrato de trabalho e que sua execução não se limita ao ambiente da instituição, tendo, no entanto, que continuá-las em suas residências, nos tempos de lazer e nos finais de semana.

Essas configurações do trabalho docente são frutos das exigências legais e administrativas que, além da legislação já mencionada, existem outros instrumentos de regulação. A Portaria MEC nº 554/2013, que estabelece os critérios para avaliação de desempenho e para a progressão docente alinhados às normas estabelecidas pelo Conselho Superior competente a cada instituição, leva em consideração os seguintes critérios: atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão, assiduidade, qualidade do trabalho, desempenho acadêmico. Outro instrumento é a Portaria MEC/SETEC nº 17/2016, que regulamenta as diretrizes acerca de carga horária para cada atividade específica, prazos para elaboração e encaminhamento dos planos e relatórios dos trabalhos dos docentes (DOMINIK, 2017).

Ao se tratar das condições de trabalho docente é necessário levar em conta à composição salarial na carreira docente EBTT pois seu regime de trabalho está situado entre jornadas de 20 e 40 horas semanais, variando entre dedicação exclusiva e sem dedicação exclusiva. Esse aspecto ajuda a compor os salários dos professores que variam quando acumulam funções de gestão concomitantes à função de docente, nos quais são gratificados com remunerações extras.

Destaca-se, também, o “Reconhecimento de Saberes e Competências” – RSC, sendo considerando um marco histórico na valorização da carreira docente



EBTT. Com a concessão do RSC ocorreu uma melhora na questão salarial docente, tornando, assim, a carreira mais atrativa³.

Os elementos destacados anteriormente levantam uma série de indicadores que contribuem para uma compreensão acerca da precarização do trabalho docente nos IFs. Para Dal Rosso (2008, p. 30) “os indicadores permitem estudar e evidenciar os diversos aspectos do fenômeno da intensificação do trabalho, como horários, ritmos, velocidade, dimensões físicas, cognitivas e emotivas, autonomia, polivalência”.

Destaca-se que o estudo da precarização do trabalho docente não se limita a visão restrita de considerar sistematicamente esse tipo de trabalho como “precário”, a partir dos contratos temporários e sem vínculo empregatício. Ainda nessa direção estariam aqueles elementos também advindos do processo de reestruturação produtiva que repercutem nas questões salariais e na diminuição dos direitos trabalhistas.

No entanto, ao ampliar o conceito de precarização é possível analisar, a partir de um conjunto de variáveis, as diferentes atividades e esferas nas quais os docentes dos IFs estão envolvidos diretamente, contribuindo para o surgimento de novas formas de organização, de ritmos e de sentidos para o trabalho.

Por fim, com relação à atual estrutura da carreira docente EBTT de 2012, ela tem contemplado o cargo isolado de professor titular, ocupada por professores que se submeteram a concurso específico antes da promulgação da nova lei da carreira; foi recriada a classe titular como específica da carreira,

³ O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é um direito da carreira de Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico previsto na Lei nº. 12.772/2012 que permite a percepção de retribuição de titulação equivalente ao nível de especialização, mestrado e doutorado, sem possuir os referidos títulos. Sendo assim, a equivalência do RSC com a titulação ocorre nos seguintes níveis: 1) Diploma de graduação + RSC I equivale ao título de especialização, 2) Diploma de pós-graduação lato-sensu + RSC II equivale ao título de mestrado e 3) Diploma de mestrado + RSC III equivale ao título de doutorado.



conformando o “topo” da carreira; houve a fusão das antigas classes DIV e DV e as classes DI e DII passaram a ter apenas dois níveis, enquanto que as classes DIII e DIV passaram a ter quatro níveis. Ao ingressar via concurso na carreira, o docente, independentemente de sua titulação, ingressa no nível 1 (da Classe DI), que, por merecimento, segundo avaliação realizada a cada dois anos, avança nos níveis e, pela titulação (após estágio probatório) pode avançar em promoção acelerada para o nível 1 da classe DII (com o título de especialista) ou para o nível 1 da classe DIII (com titulação de mestrado ou doutorado) (DOMINIK, 2017). Destaca-se, também, que a atual carreira dos docentes EBTT equiparou-os com os docentes do magistério superior, inclusive financeiramente.

4. Trabalho Docente no IFPE: análise a partir de dados primários de pesquisa

Este tópico analisa aspectos do trabalho docente no IFPE a partir dos dados coletados nos questionários respondidos eletronicamente pelo corpo docente dos diferentes *campi* em Pernambuco. Os dados foram divididos nos seguintes eixos: 1º) Perfil dos professores, 2º) Educação e áreas de atuação, 3º) Trabalho e Renda 4º) Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

I - Perfil dos professores

Do total de docentes participantes da pesquisa 61% se classificaram do sexo masculino e 39% do sexo feminino. Dentre os principais fatores que contribuem para essa diferença de percentual está a formação e atuação dos docentes nas áreas de exatas, tecnologia e engenharias que em sua grande maioria ainda é constituída por profissionais do sexo masculino que estão envolvidos em disciplinas e atividades nessa área.



No conjunto (masculino/feminino) em relação à faixa de idade, a maior predominância foi entre 33 e 34 anos de idade com percentual de 6,8% e 7,8% respectivamente. Isso diz respeito aos novos docentes-pesquisadores que ingressaram na instituição nos últimos anos, sobretudo a partir da criação da Rede Federal e dos IFs em 2008. São docentes que, na sua maioria, concluíram a graduação e a pós-graduação entre os 30-35 anos, tendo, em seguida, ingressado na instituição. No entanto, desde 2016 essa possibilidade tem se reduzido, dado aos cortes de recursos nos investimentos em ciência e tecnologia e no orçamento do Ministério da Educação e órgãos de financiamento.

Na variável “Cor/Raça” 52% se declararam branco/a, 39% pardo/a, 6% preto/a, 1% amarelo/a e 2% não se classificaram em nenhuma das categorias. Essa maior incidência de brancos/as pode estar relacionada diretamente com a classe social, permitindo levantar a hipótese que mais da metade do corpo docente é composta por indivíduos oriundos de classe média com padrão de vida familiar relativamente estável.

Na variável “Estado Civil” 74% se enquadram como casado/a ou em união estável enquanto que solteiro/a o percentual é de 21% e separado/a divorciado/a 3% .

II – Educação e áreas de atuação

Referente à última titulação/qualificação, 53% dos docentes são mestres, 33% são doutores, um percentual menor possui especialização (10%), com estágio pós-doutoral (3%) e apenas o nível de graduação (1%). São profissionais que possuem um nível de formação e qualificação elevados entre as diferentes áreas do conhecimento, equiparando-se, também nesse aspecto, aos docentes do Magistério Federal do Ensino Superior.



Quanto à área de formação na graduação há uma predominância na área das Ciências Exatas e da Natureza (18,4%), seguida das Ciências Humanas (17,5%), Ciências Sociais Aplicadas (16,5%), Linguística, Letras e Artes (13,6%) e as áreas com menores percentuais estão Ciências Agrárias (7,8%) e Ciências Biológicas e Ciências da Saúde (5,8%) respectivamente, atuando em atividades que perpassam os diferentes níveis e modalidades de ensino. Ou seja, há um percentual maior de “mestres” em três áreas que se destacaram: Ciências Exatas e da Natureza, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (nas quais juntas atingiram 52,45%).

Ainda com relação à área de atuação, mas agora com enfoque no Instituto Federal, os dados revelaram também que nessa instituição as áreas são muito diversificadas em relação aos diferentes campos do conhecimento, tendo em vista serem as mesmas nas quais os docentes possuem formação. Assim, destacaram-se que 22,3% atuavam na área das Ciências Exatas e da Natureza, 18,4% nas Ciências Humanas, 15,5% - Ciências Sociais Aplicadas, 11,7% - Linguagem, Letras e Artes, 9,7% - Engenharias, 8,7% - Ciências Agrárias, 5,8% Ciências Biológicas, 4,9% - Ciências da Saúde e com o menor percentual (2,9%) estão aqueles que atuam em áreas multidisciplinares.

Quando perguntados sobre a variável “grau de satisfação com a profissão docente”, 65% responderam que estão muito satisfeitos, 28,2% estão mais ou menos satisfeitos e 5,8% mais ou menos insatisfeitos. Constatou-se, então, que no IFPE a maior parte dos docentes se sentem satisfeitos com a sua profissão o que tem relação com uma série de fatores que tornam o trabalho na instituição atrativo como: estabilidade, possibilidade de promoção e progressão na carreira, o atrativo salarial e a possibilidade de atuarem em atividades de pesquisa e extensão, a realização pessoal ou gosto pela profissão dentre outros.



III – Trabalho e Renda

Com relação ao contrato de trabalho dos docentes 82,5% são estatutários em dedicação exclusiva, 8,7% estatutários em regime de 40 horas e 7,8% estatutários em regime de 20 horas. Devido à maioria atuar em regime de dedicação exclusiva, se envolve em atividades e em funções, além do ensino, e que lhes demandam um tempo de trabalho que vai além das 40 horas na instituição, ocupando os horários de lazer e os finais de semana. Nessa perspectiva, Maia (2014, p.153) afirma que “a falta de tempo se tornou um processo ‘natural’ entre os docentes, afinal realizam suas atividades em outros espaços e lugares e, desta forma torna borradas as barreiras de trabalho e não trabalho, de tempo livre e não livre”, contribuindo, continuamente, para um aumento da intensificação do trabalho.

E quando perguntados se recebem, além do seu salário, alguma modalidade de bolsa 89% afirmaram que não e apenas 10% responderam afirmativamente. O recebimento ou não de alguma espécie de “bolsa” diz respeito, por exemplo, aos financiamentos por parte das agências e órgãos de fomento para projetos de pesquisa/extensão que, periodicamente, lançam suas chamadas de convocação através dos editais ou pode ser alguma “bolsa” oriunda de algum trabalho/estudo desenvolvido fora da instituição.

Essa tendência também segue quando perguntados se recebem por cargo de direção ou função gratificada, sendo 23% o percentual daqueles que recebem (por estarem ocupando outro(s) cargo(s) envolvendo diferentes instâncias da instituição) e 77% dos que não recebem. Com isso, pode-se constatar que o salário de mais de 70% dos docentes participantes da pesquisa não é acrescido de outras gratificações provenientes de bolsas ou por cargos de direção.



IV- Ensino, Gestão, Pesquisa e Extensão

Considerando a jornada de trabalho semanal como sendo o número de horas/aula efetivamente trabalhadas, 70% dos docentes responderam que essa jornada é de até 40 horas semanais, 16,5% de 40 a 44 horas semanais e 10,7% de 45 a 50 horas semanais. Mesmo tendo uma predominância na jornada de 40 horas semanais, mas quando somada às horas de estudo e preparação para as aulas essa jornada atinge um tempo muito maior. E com relação à carga horária em sala de aula dois resultados se destacaram: o primeiro é o percentual de 11,7% daqueles com 12 horas/aula semanal e o segundo é o que representa 10,7% com 8 horas/aula semanal.

Ainda com relação a jornada de trabalho e a carga horária em sala de aula foi perguntado o “número de turmas” e de “alunos” do semestre (considerando o segundo semestre de 2017 quando foi enviado o questionário da pesquisa). No tocante às turmas destaca-se que 23,3% estavam trabalhando com 4 turmas e 16,5% com 5 turmas, já com relação ao número de alunos houve um percentual maior daqueles que trabalhavam com 100 alunos (11,7%) e 80 e 120 alunos respectivamente (10,7%). Ou seja, o “número de turmas e de “alunos” nos quais os mesmos professores se ocupam são fatores importantes a se considerar na avaliação da carga de trabalho (TARDIF; LESSARD, 2005).

Sabendo que os docentes atuam em diferentes níveis de Educação Profissional e Tecnológica destacou-se que os maiores percentuais foram daqueles que estavam vinculados ao Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio (42,7%) e ao Ensino Técnico Subsequente (ao Ensino Médio) (33%). Esse resultado aponta para o fato da maioria lecionar disciplinas ou da Base Nacional Curricular Comum ou da parte técnica, com um público de estudante diversificado no nível integrado ou subsequente. Do total dos participantes apenas 6,8% estavam



vinculados ao Ensino Superior Tecnológico. Isso está relacionado ao fato de que apenas quatro *campi* do IFPE ofertam curso superior tecnológico, são eles: EaD, Igarassu, Barreiros e Recife.

O vínculo dos professores com programa de pós-graduação nos *campi* do IFPE representa um percentual de 21%. Esse resultado é fruto também do baixo número de *campi* que ofertam esse nível de ensino, destacando-se apenas os de Recife, Olinda, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes e a EaD com nível de especialização e/ou mestrado. O trabalho desses profissionais também está condicionado à participações em comissões institucionais, exigindo-lhes mais tempo e uma sobrecarga de trabalho, passando a estar envolvidos com reuniões administrativas, elaboração de documentos e atendimentos paralelas às outras demandas. Nesse sentido, em ordem decrescente os resultados atingidos foram: 47,6% participam apenas de comissões do campus, 20,4% participam de comissões institucionais e de campus, 16,5% participam apenas de comissões institucionais e 14,6% não participam de nenhuma das comissões mencionadas.

A intensificação de trabalho docente também está relacionada à produção intelectual oriunda das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No questionário foram mencionadas como produções à elaboração de artigos científicos, capítulos de livros, livros e anais de eventos nos últimos três anos, nos quais se destacaram: 30,1% tinham até duas produções, 23,3% de 3 a 5 produções e 19,4% mais que 6 produções. É um perfil de docentes que, nesse aspecto, também se assemelha àqueles das universidades federais que investem nas produções acadêmicas e publicações científicas.

Um conjunto de atividades é habitual nas rotinas de trabalho dos docentes. Dentre um conjunto de atividades, destacam-se duas que são realizadas por mais da metade dos professores: orientação de estudantes em projetos de extensão e supervisão de estudantes em estágio, que tiveram, respectivamente, 47% e 45%.



Como se pode observar as atividades realizadas pelos docentes foram ampliadas e tornaram-se mais complexas na medida em que mais trabalhos foram demandados em menos tempo, e que segundo Dal Rosso (2008) *apud* Maia (2014, p. 154-155):

se admitirmos que além do processo de intensificação existe também uma intensidade despendida para sua realização, haverá no desenvolvimento das atribuições diárias em esforço físico, mental, afetivo e a aplicabilidade de “saberes adquiridos através do tempo ou transmitido pelo processo de socialização.

Outras atividades também se destacaram entre os docentes do IFPE que devido a sua multiplicação, ao encurtamento dos prazos, a aceleração das dinâmicas do próprio trabalho e a sobrecarga das atividades contribuem para a ampliação do fenômeno da “precarização do trabalho docente”, tornando, com isso, complexa a análise da relação do docente com as atividades realizadas. Fazendo referência às atividades desenvolvidas pelos docentes, Maia (2014, p. 159) afirma que:

[...] essas atividades não acontecem todas simultaneamente ou ao menos nas mesmas proporções. Os professores que têm projetos ou programas de extensão de grande porte, eventualmente, deixam de realizar pesquisa por algum tempo e vice-versa. Em parte, considerando que normalmente esses projetos têm outros participantes, é possível que haja certa divisão de tarefas ou revezamento entre os membros da equipe de pesquisa/extensão.

Quanto ao local de trabalho docente, esse ultrapassa o ambiente institucional, incidindo-se também em outros locais e horários que são dedicados à família e ao lazer durante os finais de semana. É comum os professores utilizarem esses tempos e espaços para estudos e leituras, preparação de aula, correção de atividades e avaliações, envios e repostas de emails, elaboração de trabalhos científicos para submissões em eventos e revistas. Através dos dados constatamos que 37,9% responderam que “sim, esporadicamente” trabalham nos finais de semana, 30,1% “sim, quase todos os finais de semana”, 17,5% “não



trabalham” e 14,6 % “trabalham todos os finais de semana”. Desta maneira, Maia (2014, p. 150) nos ajuda a pensar sobre esse contexto ao afirmar que:

[...] não é mais necessário estar no local de trabalho para saber os acontecimentos, prover as ações e tomar decisões, pois, novamente a relação com a informação (como o email ou telefone, por exemplo) facilitada pelos meios de comunicação, torna intensa a prática da atividade do professor.

5. Considerações finais

As condições de trabalho dos docentes do IFPE são marcadas por uma teia complexa de atividades e atribuições ligadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão. No entanto, o tempo para realização das diferentes atividades que constituem esses pilares tem sido curtos, chegando a se incidirem em outros tempos e espaços dedicados ao descanso, ao lazer e aos finais de semana, levando os docentes a conviverem, continuamente, com uma sobrecarga de trabalho.

Destaca-se que as reformas educacionais desde meados dos anos 1990 e os dispositivos legais e normativos que passaram a regulamentar o trabalho docente contribuíram para um intenso processo de precarização, verificado a partir dos resultados obtidos do conjunto de variáveis relacionadas, principalmente, à algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O perfil dos docentes tem se aproximado daqueles do Magistério Superior Federal tanto em relação ao nível de qualificação quanto ao envolvimento no conjunto de atribuições e atividades institucionais, implicando, com isso, num ritmo de trabalho que tem impactos diretos na profissionalização do professor.

O texto apresentado contribui, portanto, para o aprofundamento das discussões acerca dos diferentes elementos que caracterizam o trabalho docente nos IFs. Pesquisas e estudos com foco nesse segmento têm começado a ganhar



visibilidade no campo da Sociologia do Trabalho, nos últimos anos, tendo em vista a importância desses profissionais frente às atividades voltadas ao ensino profissional e tecnológico, às atividades de extensão e de pesquisas científicas nos diferentes campos do conhecimento.

Recebido em 23 de abril de 2020

Aprovado em 17 de junho de 2020.



Referências

BACCIN, E. V. C.; SHIROMA, Eneida Oto. A intensificação e precarização do trabalho docente nos Institutos Federais. **Revista Pedagógica**. v. 18, n. 39, set./dez. 2016. p. 129-149.

BRASIL. **Decreto nº 5154 de 23 de Julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 09 Out. 2017.

_____. **Decreto nº 2.208 de 17 de Abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em 09 Out. 2017.

_____. **Lei nº 11.195 de 18 de Novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em 09 Out. 2017.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008a**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../L11892.htm>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

_____. **Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm. Acesso em: 09 Out. 2017.

_____. **Portaria nº 17 de 11 de Maio de 2016**. Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206. Acesso em: 09 Out. 2017.



_____. **Portaria nº 554 de 20 de Junho de 2013.** Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30686939/do1-2013-06-21-portaria-n-554-de-20-de-junho-de-2013-30686935. Acesso em 09 Out. 2017.

_____. **Portaria nº 646, de 14 de Maio de 1997.** Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf. Acesso em 09 Out. 2017.

DAL ROSSO, Sadi. Intensificação do trabalho – teoria e método. In.: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá (orgs.). **Condições de trabalho no limiar do século XXI.** Brasília: Época, 2008.

DOMINIK, Érik. **A carreira docente EBTT: aspectos específicos e legislação.** Bambuí: Minas Gerais, 2017.

GOMES, Darcilene. C. **A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil político-ideológico e condições de trabalho dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.** Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2016. (Projeto de Pesquisa).

IFPE. **Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI.** Disponível em: https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/projeto-politico-pedagogico-institucional-pppi-_2009-2013.pdf/view. Acesso em: 10 Jan. 2018.

_____. **Resolução nº 20/2015.** Aprova a normatização do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife, PE, 2015. Disponível em: <http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-20-2015-aprova-normatizacao-do-trabalho-docente.pdf/view>. Acesso em: 09 Out. 2017.

MAIA, Fernanda Landolfi. **O paradoxo da intensificação: uma análise do trabalho dos professores do Ensino Superior Público Federal.** 2014. 293f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.



MENEZES, Graziela. N. D. O trabalho docente na educação profissional e técnica. In: 37º Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – **Anais**, Florianópolis, ANPEd, 2015.

OTRANTO, Celia Regina. **A política de Educação Profissional do governo Lula**. In: 34ª Reunião Anual da ANPed – **Anais**, Natal, 2011.

PACHECO, E. **Institutos Federais – uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

PADOIN, Egre, AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. In; 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – **Anais**, Florianópolis, 2016.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020
www.ufrpe.br

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.

